



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE PARA A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

**Erika Tolentino**



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ



## **III Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**

### **V Seminário Estadual Serviço Social e Direitos Humanos**

**“Serviço Social e Direitos Humanos: 40 anos de lutas e resistências em defesa da classe trabalhadora!”**

Modalidade do Trabalho: Relato de Experiência

Eixo Temático: Eixo 1: Seguridade Social

**A importância da intersetorialidade entre as políticas de assistência social e saúde para a proteção social da pessoa em situação de rua**

**Palavras- Chave:** população em situação de rua – intersetorialidade – assistência social

**The importance of the intersectorality between the policies of social assistance and health for the social protection of the person in the street situation**

**Key words:** street population - intersectorality - social assistance

#### **1. Introdução**

A partir do processo de ‘redemocratização’ do país, nas décadas de 1970 e 1980, processaram-se também as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua. (MDS, 2011, p.14).

A Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua (2009) é uma conquista de diversos Movimentos Sociais fruto dessa luta coletiva. Esse ano a referida política completa uma década, onde os avanços na implementação de serviços, programas e projetos de atendimento ainda são poucos.

A PNPR define a população em situação de rua da seguinte forma:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2009 sob a coordenação do MDS, a população em situação de rua se caracteriza majoritariamente por homens negros. Outras características demarcam a realidade de tal população como a pobreza extrema, que deve ser considerada em suas multidimensões de acesso a renda e a bens e serviços sociais; o desemprego; o histórico de violência sofrida; a dependência química; a baixa escolaridade; a fragilização de vínculos, entre outras questões.

Analisando a referida política apreende-se que seus princípios, diretrizes e objetivos versam sobre a necessidade da intersectorialidadenas políticas públicas para a garantia de proteção social para as pessoas em situação de rua. No artigo 7º, que trata dos objetivos da política, destacamos os seguintes incisos que realçam a intersectorialidade, em especial entre as políticas de assistência social e saúde:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersectoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

Na política de assistência social destaca-se o trabalho realizado pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua –CentroPop, que é uma instituição prevista na política nacional e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

De acordo com o Observatório Crack é Possível Vencer, no estado do Rio de Janeiro existem 17 municípios onde a assistência social municipal implementou o CentroPop, sendo eles: Araruama, Campo dos Goytacazes, Magé, Itaguaí, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Petrópolis, Macaé, Niterói, Belford Roxo, Itaboraí, Barra Mansa, Volta Redonda e Resende.

Neste estudo destacamos como relato de experiência o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas assistentes sociais em conjunto com equipe multidisciplinar no CentroPop de Resende.

O Centro Pop Resende realiza o atendimento socioassistencial às pessoas e famílias que vivem em situação de rua. Seu atendimento visa à oferta da promoção da atenção especializada objetivando o acesso e a garantia de direitos desse grupo populacional. O trabalho técnico, no que destacamos a atuação da assistente social, pressupõe a constante busca de construção da intersectorialidade para garantia de direitos fundamentais da pessoa em situação de rua, em especial com a política de saúde.

Embora, o usuário possua responsabilidade por suas escolhas, consideramos que ele é também uma responsabilidade do Estado e conseqüente da rede setorial no que diz respeito, entre outras, a garantia de direitos. Sendo assim, ele deve ser atendido e acompanhado por outros Programas, Serviços e Projetos da Rede intersectorial (dos Caps, Consultório na Rua, Serviço Hospitalar de Referência, Unidade Básica de Saúde da Família, Abordagem Social, CRAS de referência, Trabalho e Renda e Habitação, dentre outros)

O planejamento de trabalho somente será eficiente se for trabalhado em equipe e toda rede socioassistencial. Com isso, devemos considerar a construção coletiva a partir de diferentes saberes e assim possibilitar a fluidez das práticas, diminuindo as distâncias entre os profissionais e setores que prestam serviços a este público, e, conseqüentemente, entre os usuários.

## **2. Desenvolvimento**

Segundo Carmo e Guizorde (2017), a intersectorialidade nas políticas de assistência social e saúde constituem-se enquanto um desafio, pois busca assegurar o atendimento em rede visando alcançar uma proteção integral para a pessoa atendida. Mas esse trabalho intersectorial muitas vezes se desgasta e se torna dificultoso pelas fragilidades e falta de investimento de ambas as políticas.

As autoras chamam atenção para a indefinição do termo intersectorialidade, onde pode configurar-se enquanto processo, ou estratégia, até mesmo um tipo de abordagem ou paradigma (Carmo e Guizorde, 2017, p. 1273). A forma metodológica de como as equipes vão se apropriar da intersectorialidade vai impactar no resultado final no atendimento aos sujeitos.

A experiência de trabalho no CentroPop Resende aponta para a necessidade de uma profunda articulação entre o CentroPop e os serviços de saúde mental, da atenção básica em saúde, do Hospital de Emergência e de programas específicos, como o de tratamento de tuberculose e de doenças sexualmente transmissíveis.

De acordo com os dados estatísticos referentes ao mês de março de 2019 o CentroPop Resende atendeu 86 pessoas em situação de rua, deste total apenas 06 eram mulheres. Um dado alarmante se apresenta no número de pessoas que são dependentes químicos, onde dos 86 atendidos, 76 informam fazerem uso de crack e outras substâncias e dois foram diagnosticados, pela rede de saúde, com transtornos mentais. Considerando somente esses dados já temos justificativas suficientes para ponderar a necessidade de construção de um trabalho coletivo com os Centros de

Atenção Psicossocial – Caps e com o Programa Consultório na Rua, principais interlocutores do CentroPop Resende.

Em Resende temos três Caps, sendo um voltado para o atendimento a comorbidades decorrentes do uso abusivo de substâncias químicas (CAPS AD), outro voltado para o atendimento a transtornos psiquiátricos (CAPS Casa Aberta) e outro destinado ao atendimento infanto-juvenil. O CAPS AD é o dispositivo que mais apresenta casos em comum com o CentroPop.

Os CAPS são dispositivos da saúde mental, frutos da reforma psiquiátrica, substitutivos do modelo hospitalocêntrico. Seu objetivo é o tratamento de pessoas em sofrimento mental seja fruto de transtornos ou do uso nocivo de substâncias, como é o caso majoritário das pessoas em situação de rua.

Já o Programa Consultório na Rua, prevê o atendimento de atenção básica em saúde para as pessoas em situação de rua. Seu trabalho pressupõe uma constante busca ativa no território para garantir o acesso das pessoas em situações de rua ao cuidado preventivo e também nos agravos de saúde.

### **3. Considerações Finais**

A matéria prima do trabalho da assistente social são as expressões da questão social geradas na contradição das relações estabelecidas entre a classe capitalista e os proletariados. Tal relação de exploração tem acirrado as condições de vida da classe trabalhadora e, sobretudo a realidade da população em situação de rua, que cada vez mais se ratifica enquanto fruto das contradições do sistema, eclodindo em todo mundo. No Rio de Janeiro, a atual crise econômica, político e midiática brasileira, fez o número de pessoas que buscaram as ruas para sua sobrevivência saltar em 150 % em três anos<sup>1</sup>. Em contramão a esse crescimento, as políticas sociais que atendem a esse público sofreram profundos retrocessos com cortes orçamentários, de recursos humanos e materiais e, sobretudo, de direitos sociais.

Acreditamos que a intersetorialidade ainda é um dos maiores desafios, pois uma linguagem única, a criação de agenda de discussão, identificação de problemas, planejamento para tomada de decisões no atendimento e intervenção mais assertiva, muitas vezes são difíceis dentro dos próprios espaços que atende diretamente esse público, quanto mais nos demais setores públicos de execução de políticas que

---

<sup>1</sup>Matéria publicada na rede de notícias Agência Brasil em 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-3-anos-no-rio> Acessado em: 15. Abr. 2018.

também deveriam atender essa população, para assegurar a possibilidade de construção de um novo projeto de vida a esses sujeitos.

No que compreendemos que a vivência nas ruas expõe determinado segmento a diversas situações de violação de direitos, onde o trabalho intersetorial pode colaborar na prevenção de agravos e na garantia de condições de vida mais dignas. Contudo é preciso ressaltar que o trabalho intersetorial não pode ser apreendido de maneira messiânica, nos termos da professora Marilda Iamamoto, como se pudesse resolver todos os problemas das políticas sociais. Todavia pode agregar esforços para que as pessoas em situação de rua sejam atendidas na integralidade do ser social.

#### **4. Referências**

BRASIL. Política Nacional para População em Situação de Rua. Decreto: 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3 Brasília, 2011.

Carmo, Michelly Eustáquia. Guizardi, Francini Lube. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte.

Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27 [ 4 ]: 1265-1286, 2017.